

ÍNDICE-SUMÁRIO

NOTA PRÉVIA	5
NOTA PRÉVIA DA 37ª EDIÇÃO	6
NOTA PRÉVIA DA 36ª EDIÇÃO	7
NOTA PRÉVIA DA 35ª EDIÇÃO	8
NOTA PRÉVIA DA 34ª EDIÇÃO	9
NOTA PRÉVIA DA 33ª EDIÇÃO	10
NOTA PRÉVIA DA 32ª EDIÇÃO	11
NOTA PRÉVIA DA 31ª EDIÇÃO	12
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	15
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	33
LEI Nº 41/2013, DE 26 DE JUNHO	33
LIVRO I Da ação, das partes e do tribunal	37
TÍTULO I Das disposições e dos princípios fundamentais	37
TÍTULO II Das espécies de ações	39
TÍTULO III Das partes	40
CAPÍTULO I Personalidade e capacidade judiciária	40
CAPÍTULO II Legitimidade das partes	45
CAPÍTULO III Patrocínio judiciário	48
CAPÍTULO IV Disposições especiais sobre execuções	52
TÍTULO IV Do tribunal	54
CAPÍTULO I Das disposições gerais sobre competência	54
CAPÍTULO II Da competência internacional	54
CAPÍTULO III Da competência interna	55
SECÇÃO I Competência em razão da matéria	55
SECÇÃO II Competência em razão do valor	56
SECÇÃO III Competência em razão da hierarquia	56
SECÇÃO IV Competência em razão do território	56
SECÇÃO V Disposições especiais sobre execuções	60
CAPÍTULO IV Da extensão e modificações da competência	62
CAPÍTULO V Das garantias da competência	63
SECÇÃO I Incompetência absoluta	63
SECÇÃO II Incompetência relativa	65

SECÇÃO III	Conflitos de jurisdição e competência	67
CAPÍTULO VI	Das garantias da imparcialidade	68
SECÇÃO I	Impedimentos	68
SECÇÃO II	Suspeições	70
LIVRO II	Do processo em geral	75
TÍTULO I	Dos atos processuais	75
CAPÍTULO I	Atos em geral	75
SECÇÃO I	Disposições comuns	75
SECÇÃO II	Atos das partes	79
SECÇÃO III	Atos dos magistrados	82
SECÇÃO IV	Atos da secretaria	85
SECÇÃO V	Publicidade e acesso ao processo	88
SECÇÃO VI	Comunicação dos atos	91
SECÇÃO VII	Nulidades dos atos	95
CAPÍTULO II	Atos especiais	99
SECÇÃO I	Distribuição	99
SUBSECÇÃO I	Disposições gerais	99
SUBSECÇÃO II	Disposições relativas à 1ª instância	100
SUBSECÇÃO III	Disposições relativas aos tribunais superiores	101
SECÇÃO II	Citação e notificações	103
SUBSECÇÃO I	Disposições comuns	103
SUBSECÇÃO II	Citação de pessoas singulares	104
SUBSECÇÃO III	Citação de pessoas coletivas	113
SUBSECÇÃO IV	Notificações em processos pendentes	113
DIVISÃO I	Notificações da secretaria	113
DIVISÃO II	Notificações entre os mandatários das partes	115
SUBSECÇÃO V	Notificações avulsas	115
TÍTULO II	Da instância	116
CAPÍTULO I	Começo e desenvolvimento da instância	116
CAPÍTULO II	Suspensão da instância	120
CAPÍTULO III	Extinção da instância	123
TÍTULO III	Dos incidentes da instância	127
CAPÍTULO I	Disposições gerais	127
CAPÍTULO II	Verificação do valor da causa	127
CAPÍTULO III	Intervenção de terceiros	132
SECÇÃO I	Intervenção principal	132
SUBSECÇÃO I	Intervenção espontânea	132
SUBSECÇÃO II	Intervenção provocada	133
SECÇÃO II	Intervenção acessória	134
SUBSECÇÃO I	Intervenção provocada	134
SUBSECÇÃO II	Intervenção acessória do Ministério Público	135
SUBSECÇÃO III	Assistência	136
SECÇÃO III	Oposição	138
SUBSECÇÃO I	Oposição espontânea	138
SUBSECÇÃO II	Oposição provocada	139
SUBSECÇÃO III	Oposição mediante embargos de terceiro	140

CAPÍTULO IV	Habilitação	141
CAPÍTULO V	Liquidação	144
TÍTULO IV	Dos procedimentos cautelares	145
CAPÍTULO I	Procedimento cautelar comum	145
CAPÍTULO II	Procedimentos cautelares especificados	150
SECÇÃO I	Restituição provisória de posse	150
SECÇÃO II	Suspensão de deliberações sociais	151
SECÇÃO III	Alimentos provisórios	152
SECÇÃO IV	Arbitramento de reparação provisória	153
SECÇÃO V	Arresto	154
SECÇÃO VI	Embargo de obra nova	155
SECÇÃO VII	Arrolamento	157
TÍTULO V	Da instrução do processo	159
CAPÍTULO I	Disposições gerais	159
CAPÍTULO II	Prova por documentos	162
CAPÍTULO III	Prova por confissão e por declarações das partes	169
SECÇÃO I	Prova por confissão das partes	169
SECÇÃO II	Prova por declarações de parte	171
CAPÍTULO IV	Prova pericial	172
SECÇÃO I	Designação dos peritos	172
SECÇÃO II	Proposição e objeto da prova pericial	174
SECÇÃO III	Realização da perícia	175
SECÇÃO IV	Segunda perícia	177
CAPÍTULO V	Inspeção judicial	178
CAPÍTULO VI	Prova testemunhal	179
SECÇÃO I	Inabilidades para depor	179
SECÇÃO II	Produção da prova testemunhal	180
TÍTULO VI	Das custas, multas e indenização	189
CAPÍTULO I	Custas – Princípios gerais	189
CAPÍTULO II	Regras especiais	189
CAPÍTULO III	Multas e indenização	194
TÍTULO VII	Das formas de processo	195
CAPÍTULO I	Disposições gerais	195
CAPÍTULO II	Processo de declaração	196
CAPÍTULO III	Processo de execução	196
LIVRO III	Do processo de declaração	199
TÍTULO I	Dos articulados	199
CAPÍTULO I	Petição inicial	199
CAPÍTULO II	Revelia do réu	203
CAPÍTULO III	Contestação	204
SECÇÃO I	Disposições gerais	204
SECÇÃO II	Exceções	206
SECÇÃO III	Reconvenção	208
CAPÍTULO IV	Réplica	209
CAPÍTULO V	Articulados supervenientes	209

TÍTULO II Da gestão inicial do processo e da audiência prévia	210
TÍTULO III Da audiência final	215
TÍTULO IV Da sentença	218
CAPÍTULO I Elaboração da sentença	218
CAPÍTULO II Vícios e reforma da sentença	220
CAPÍTULO III Efeitos da sentença	222
TÍTULO V Dos recursos	224
CAPÍTULO I Disposições gerais	224
CAPÍTULO II Apelação	231
SECÇÃO I Interposição e efeitos do recurso	231
SECÇÃO II Julgamento do recurso	234
CAPÍTULO III Recurso de revista	240
SECÇÃO I Interposição e expedição do recurso	240
SECÇÃO II Julgamento do recurso	243
SECÇÃO III Julgamento ampliado da revista	245
CAPÍTULO IV Recurso para uniformização de jurisprudência	246
CAPÍTULO V Revisão	248
LIVRO IV Do processo de execução	251
TÍTULO I Do título executivo	251
TÍTULO II Das disposições gerais	254
TÍTULO III Da execução para pagamento de quantia certa	260
CAPÍTULO I Do processo ordinário	260
SECÇÃO I Fase introdutória	260
SECÇÃO II Oposição à execução	263
SECÇÃO III Penhora	265
SUBSECÇÃO I Bens que podem ser penhorados	265
SUBSECÇÃO II Disposições gerais	271
SUBSECÇÃO III Penhora de bens imóveis	275
SUBSECÇÃO IV Penhora de bens móveis	278
SUBSECÇÃO V Penhora de direitos	281
SUBSECÇÃO VI Oposição à penhora	287
SECÇÃO IV Citações e concurso de credores	288
SUBSECÇÃO I Citações	288
SUBSECÇÃO II Concurso de credores	289
SECÇÃO V Pagamento	292
SUBSECÇÃO I Modos de pagamento	292
SUBSECÇÃO II Entrega de dinheiro	293
SUBSECÇÃO III Adjudicação	293
SUBSECÇÃO IV Consignação de rendimentos	295
SUBSECÇÃO V Do pagamento em prestações e do acordo global	296
SUBSECÇÃO V Venda	298
DIVISÃO I Disposições gerais	298
DIVISÃO II Venda mediante propostas em carta fechada	300
DIVISÃO III Outras modalidades de venda	304
DIVISÃO IV Da invalidade da venda	307

SECÇÃO VI Remição	308
SECÇÃO VII Extinção e anulação da execução	309
SECÇÃO VIII Recursos	312
CAPÍTULO II Do processo sumário	313
TÍTULO IV Da execução para entrega de coisa certa	314
TÍTULO V Da execução para prestação de facto	318
LIVRO V Dos processos especiais	321
TÍTULO I Tutela da personalidade	321
TÍTULO II Da justificação da ausência	322
TÍTULO III Do acompanhamento de maiores	324
TÍTULO IV Da prestação de caução	328
TÍTULO V Da consignação em depósito	331
TÍTULO VI Da divisão de coisa comum	334
TÍTULO VII Do divórcio e separação sem consentimento do outro cônjuge	336
TÍTULO VIII Da execução especial por alimentos	337
TÍTULO IX Da liquidação da herança vaga em benefício do Estado	338
TÍTULO X Da prestação de contas	340
CAPÍTULO I Contas em geral	340
CAPÍTULO II Contas dos representantes legais de incapazes e do depositário judicial	342
TÍTULO XI Regulação e repartição de avarias marítimas	344
TÍTULO XII Reforma de autos	345
TÍTULO XIII Da ação de indemnização contra magistrados	347
TÍTULO XIV Da revisão de sentenças estrangeiras	350
TÍTULO XV Dos processos de jurisdição voluntária	352
CAPÍTULO I Disposições gerais	352
CAPÍTULO II Providências relativas aos filhos e aos cônjuges	352
CAPÍTULO III Separação ou divórcio por mútuo consentimento	354
CAPÍTULO IV Processos de suprimento	355
CAPÍTULO V Alienação ou oneração de bens dotais e de bens sujeitos a fideicomisso	357
CAPÍTULO VI Autorização ou confirmação de certos atos	358
CAPÍTULO VII Conselho de família	360
CAPÍTULO VIII Curadoria provisória dos bens do ausente	360
CAPÍTULO IX Fixação judicial do prazo	361
CAPÍTULO X Notificação para preferência	362
CAPÍTULO XI Herança jacente	365
CAPÍTULO XII Exercício da testamentaria	366
CAPÍTULO XIII Apresentação de coisas ou documentos	367
CAPÍTULO XIV Exercício de direitos sociais	367
SECÇÃO I Do inquérito judicial à sociedade	367
SECÇÃO II Nomeação e destituição de titulares de órgãos sociais	369
SECÇÃO III Convocação de assembleia de sócios	370
SECÇÃO IV Redução do capital social	371
SECÇÃO V Oposição à fusão e cisão de sociedades e ao contrato de subordinação	371

SECÇÃO VI Averbamento, conversão e depósito de ações e obrigações	372
SECÇÃO VII Liquidação de participações sociais	373
SECÇÃO VIII Investidura em cargos sociais	374
CAPÍTULO XV Providências relativas aos navios e à sua carga	374
CAPÍTULO XVI Atribuição de bens de pessoa coletiva extinta	376
LIVRO VI Do tribunal arbitral necessário	377

EM APÊNDICE:

[1] ACESSO AO DIREITO E AOS TRIBUNAIS	
LEI Nº 34/2004, DE 29 DE JULHO	379
DECRETO-LEI Nº 71/2005, DE 17 DE MARÇO	403
PORTARIA Nº 1386/2004, DE 10 DE NOVEMBRO	412
PORTARIA Nº 10/2008, DE 3 DE JANEIRO	417
PORTARIA Nº 11/2008, DE 3 DE JANEIRO	436
[2] TRAMITAÇÃO ELETRÓNICA DOS PROCESSOS JUDICIAIS	
PORTARIA Nº 280/2013, DE 26 DE AGOSTO	439
PORTARIA Nº 170/2017, DE 25 DE MAIO	459
PORTARIA Nº 267/2018, DE 20 DE SETEMBRO	465
PORTARIA Nº 209/2017, DE 13 DE JULHO [REGIME DA CERTIDÃO ELETRÓNICA]	475
[3] REGIME JURÍDICO DO PROCESSO DE INVENTÁRIO	
LEI Nº 23/2013, DE 5 DE MARÇO	481
PORTARIA Nº 278/2013, DE 26 DE AGOSTO	517
PORTARIA Nº 46/2015, DE 23 DE FEVEREIRO	545
[4] PROCEDIMENTOS PERANTE O MINISTÉRIO PÚBLICO E AS CONSERVATÓRIAS DO REGISTO CIVIL	
DECRETO-LEI Nº 272/2001, DE 13 DE OUTUBRO	553
PORTARIA Nº 60/2017, DE 7 DE FEVEREIRO	563
[5] ACÇÃO DECLARATIVA ESPECIAL PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS EMERGENTES DE CONTRATOS E INJUNÇÃO	
DECRETO-LEI Nº 269/98, DE 1 DE SETEMBRO	565
DECRETO-LEI Nº 62/2013, DE 10 DE MAIO	579
PORTARIA Nº 220-A/2008, DE 4 DE MARÇO	587
[6] ACÇÃO DE DESPEJO	
LEI Nº 6/2006, DE 27 DE FEVEREIRO (NRAU: PUBLICAÇÃO NÃO INTEGRAL)	597
DECRETO-LEI Nº 1/2013, DE 7 DE JANEIRO	615
PORTARIA Nº 9/2013, DE 10 DE JANEIRO	627
LEI Nº 30/2018, DE 16 DE JULHO	647
[7] REFORMA DA ACÇÃO EXECUTIVA	
PREÂMBULO DO DECRETO-LEI Nº 38/2003, DE 8 DE MARÇO	649

DECRETO-LEI Nº 201/2003, DE 10 DE SETEMBRO [REGISTO INFORMÁTICO]	653
PORTARIA Nº 99/2008, DE 31 DE JANEIRO [REGISTO – VEÍCULOS]	664
PORTARIA Nº 312/2009, DE 30 DE MARÇO [SOBREENDIVIDAMENTO]	675
PORTARIA Nº 313/2009, DE 30 DE MARÇO [LISTA PÚBLICA DE EXECUÇÕES]	680
PORTARIA Nº 331-A/2009, DE 30 DE MARÇO [IDENTIFICAÇÃO – EXECUTADO E BENS PENHORÁVEIS]	688
PORTARIA Nº 202/2011, DE 20 DE MAIO [PAGAMENTO: SERVIÇOS PRESTADOS POR INSTITUIÇÕES]	697
PORTARIA Nº 2/2012, DE 2 DE JANEIRO [FISCALIZAÇÃO E DISCIPLINA DOS AGENTES DE EXECUÇÃO]	703
PORTARIA Nº 282/2013, DE 29 DE AGOSTO	712
[7-A] PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL PRÉ-EXECUTIVO	
LEI Nº 32/2014, DE 30 DE MAIO	751
PORTARIA Nº 349/2015, DE 13 DE OUTUBRO	769
[8] ACÇÃO POPULAR	
LEI Nº 83/95, DE 31 DE AGOSTO	779
[9] LEI DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA JUDICIÁRIO	
LEI Nº 62/2013, DE 26 DE AGOSTO	787
[9-A] REGIME DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS TRIBUNAIS JUDICIAIS	
DECRETO-LEI Nº 49/2014, DE 27 DE MARÇO	867
DECRETO-LEI Nº 86/2016, DE 27 DE DEZEMBRO	986
[10] JULGADOS DE PAZ	
LEI Nº 78/2001, DE 13 DE JULHO	995
[10-A] REGULAMENTO DOS SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DOS JULGADOS DE PAZ	
PORTARIA Nº 1112/2005, DE 28 DE OUTUBRO	1019
[11] MEDIAÇÃO	
LEI Nº 29/2013, DE 19 DE ABRIL	1027
[12] ARBITRAGEM VOLUNTÁRIA	
LEI Nº 63/2011, DE 14 DE DEZEMBRO	1043
[13] PROCESSO CIVIL COMUNITÁRIO	
REGULAMENTO (UE) Nº 1215/2012 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012 (COMPETÊNCIA INTERNACIONAL)	1075
REGULAMENTO (UE) Nº 655/2014 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO DE 15 DE MAIO DE 2014 (ARRESTO DE CONTAS)	1117

SUMÁRIO

NOTA PRÉVIA	5
NOTA PRÉVIA DA 37ª EDIÇÃO	6
NOTA PRÉVIA DA 36ª EDIÇÃO	7
NOTA PRÉVIA DA 35ª EDIÇÃO	8
NOTA PRÉVIA DA 34ª EDIÇÃO	9
NOTA PRÉVIA DA 33ª EDIÇÃO	10
NOTA PRÉVIA DA 32ª EDIÇÃO	11
NOTA PRÉVIA DA 31ª EDIÇÃO	12
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	15

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	33
Lei nº 41/2013, de 26 de Junho	33

EM APÊNDICE:

[1] ACESSO AO DIREITO E AOS TRIBUNAIS	
Lei nº 34/2004, de 29 de Julho	379
Decreto-Lei nº 71/2005, de 17 de Março	403
Portaria nº 1386/2004, de 10 de Novembro	412
Portaria nº 10/2008, de 3 de Janeiro	417
Portaria nº 11/2008, de 3 de Janeiro	436

[2] TRAMITAÇÃO ELECTRÓNICA DOS PROCESSOS JUDICIAIS	
Portaria nº 280/2013, de 26 de Agosto	439
Portaria nº 170/2017, de 25 de maio	459
Portaria nº 267/2018, de 20 de setembro	465
Portaria nº 209/2017, de 13 de julho [Regime da Certidão Eletrónica]	475

[3] REGIME JURÍDICO DO PROCESSO DE INVENTÁRIO	
Lei nº 23/2013, de 5 de Março	481
Portaria nº 278/2013, de 26 de Agosto	517
Portaria nº 46/2015, de 23 de Fevereiro	545

[4] PROCEDIMENTOS PERANTE O MINISTÉRIO PÚBLICO E AS CONSERVATÓRIAS DO REGISTO CIVIL	
Decreto-Lei nº 272/2001, de 13 de Outubro	553
Portaria nº 60/2017, de 7 de Fevereiro	563
[5] ACÇÃO DECLARATIVA ESPECIAL PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS EMERGENTES DE CONTRATOS E INJUNÇÃO	
Decreto-Lei nº 269/98, de 1 de Setembro	565
Decreto-Lei nº 62/2013, de 10 de Maio	579
Portaria nº 220-A/2008, de 4 de Março	587
[6] ACÇÃO DE DESPEJO	
Lei nº 6/2006, de 27 de Fevereiro (NRAU: publicação não integral)	597
Decreto-Lei nº 1/2013, de 7 de Janeiro	615
Portaria nº 9/2013, de 10 de Janeiro	627
Lei nº 30/2018, de 16 de Julho	647
[7] REFORMA DA ACÇÃO EXECUTIVA	
Preâmbulo do Decreto-Lei nº 38/2003, de 8 de Março	649
Decreto-Lei nº 201/2003, de 10 de Setembro [Registo informático]	653
Portaria nº 99/2008, de 31 de Janeiro [Registo – veículos]	664
Portaria nº 312/2009, de 30 de Março [Sobreendividamento]	675
Portaria nº 313/2009, de 30 de Março [Lista pública de execuções]	680
Portaria nº 331-A/2009, de 30 de Março [Identificação – executado e bens penhoráveis]	688
Portaria nº 202/2011, de 20 de Maio [Pagamento: Serviços Prestados por Instituições – Arts. 833º-A e 861º-A, do Código de Processo Civil]	697
Portaria nº 2/2012, de 2 de Janeiro [Fiscalização e disciplina dos agentes de execução]	703
Portaria nº 282/2013, de 29 de Agosto	712
[7-A] PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL PRÉ-EXECUTIVO	
Lei nº 32/2014, de 30 de Maio	751
Portaria nº 349/2015, de 13 de outubro	769
[8] ACÇÃO POPULAR	
Lei nº 83/95, de 31 de Agosto	779
[9] LEI DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA JUDICIÁRIO	
Lei nº 62/2013, de 26 de Agosto	787
[9-A] REGIME DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS TRIBUNAIS JUDICIAIS	
Decreto-Lei nº 49/2014, de 27 de março	867
Decreto-Lei nº 86/2016, de 27 de dezembro	986

[10] JULGADOS DE PAZ Lei nº 78/2001, de 13 de Julho	995
[10-A] REGULAMENTO DOS SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DOS JULGADOS DE PAZ Portaria nº 1112/2005, de 28 de Outubro	1019
[11] MEDIAÇÃO Lei nº 29/2013, de 19 de Abril	1027
[12] ARBITRAGEM VOLUNTÁRIA Lei nº 63/2011, de 14 de Dezembro	1043
[13] PROCESSO CIVIL COMUNITÁRIO Regulamento (UE) nº 1215/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de Dezembro de 2012 (Competência Internacional)	1075
Regulamento (UE) nº 655/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de Maio de 2014 (Arresto de Contas)	1117
ÍNDICE REMISSIVO	1159
ÍNDICE-SUMÁRIO	1167
SUMÁRIO	1175